



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 a ABRIL/2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o **Relatório de Gestão Fiscal**, concernente ao **primeiro quadrimestre do exercício de 2013**. Os dados estão disponíveis a partir desta data no site do Tribunal de Justiça (www.tjsc.jus.br).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	976.313.138,99	-
Pessoal Ativo	828.114.172,28	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	26.737.206,19	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	801.376.966,09	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	148.198.966,71	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	148.198.966,71	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	189.806.217,79	-
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	16.462.555,58	-
Decorrentes de Decisão Judicial	26.737.206,19	-
Despesas de Exercícios Anteriores	10.602.977,40	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	136.003.478,62	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	786.506.921,20	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	786.506.921,20	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.754.024.907,01	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,33%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	885.241.494,42	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	840.979.419,70	
LIMITE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	796.717.344,98	
FONTE: SIGEF-Comparativo da despesa autorizada, empenhada, liquidada e paga e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL		

Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos) não foram consideradas, pois não se trata de servidores contratados pelo Estado, mas tão somente agentes colaboradores por meio de delegação do Poder Público.

Nota: 3 - Os repasses oriundos do acordo firmado entre os Poderes Executivo e Judiciário na ação ordinária n. 023.05.016888-9, em que há compensação de recursos vinculados (receitas do IPREV), estão inseridos nas despesas não computadas, linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

Florianópolis, 22 de maio de 2013

Des. Cláudio Barreto Dutra
Presidente

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Jozelito Neves Cunha
Coordenador de Auditoria Interna e.e.